



Simulado Final

PMDF

Cargo: Oficial (CFO)
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-DF**, cargo de **Oficial - CFO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/XiqnpXV54H6mbgkEA>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4mzd4vn>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrcio Dutra*

Há um momento na vida em que a gente percebe que não basta mais apenas produzir, entregar, dar conta. Até então, parecia suficiente trabalhar, conquistar alguma estabilidade, sentir que o esforço gerava resultado. Mas, de repente, algo muda silenciosamente: aquilo que fazemos começa a ultrapassar a esfera do “para mim” e passa a tocar o “para os outros”. Não é um anúncio, não há alarde — é mais um incômodo crescente, quase um chamado, que nos faz notar que nossas ações sustentam mais do que imaginávamos.

Com o tempo, a gente deixa de se enxergar só como alguém que faz bem o que faz e passa a se ver como alguém que ocupa um lugar. Um lugar que não foi exatamente escolhido, mas que se impõe pela realidade. E, junto com ele, vem um peso novo: o peso da responsabilidade. Não aquela abstrata, moral, de manual — mas a concreta, cotidiana, que se revela quando outras pessoas passam a depender, direta ou indiretamente, daquilo que sustentamos. É o professor que percebe que sua presença organiza o aprendizado, o pai que entende que sua ausência desorganiza uma casa inteira, o profissional que deixa de executar tarefas e passa a ser referência.

Só que esse movimento não vem sem custo. Surge uma tensão difícil de nomear: até que ponto sustentar o que depende de mim não me afasta de mim mesmo? Há dias em que o peso parece excessivo, em que a vontade é largar tudo e voltar para um tempo em que bastava cumprir tarefas. Em outros, o problema é o oposto: não saber exatamente qual é o próprio lugar, sentir-se funcionando, mas deslocado, como se estivesse sempre um pouco fora de posição. Entre assumir demais e evitar assumir, o sujeito oscila, tentando encontrar um equilíbrio que ainda não aprendeu a construir.

E talvez o amadurecimento comece justamente aí: quando a responsabilidade deixa de ser vista apenas como fardo e passa a ser reconhecida como parte inevitável de existir entre outros. Não se trata de buscar um propósito grandioso, mas de perceber, com honestidade, aquilo que já está sob nossos cuidados. Sustentar o que nos cabe, delimitar o que não nos cabe,

e, sobretudo, entender que ocupar um lugar no mundo não é perder a si mesmo — é, de algum modo, ampliar a própria presença na vida.

1. De acordo com o texto, a principal mudança que sinaliza a transição de um foco meramente produtivo para uma fase de maior amadurecimento na vida é:
 - a) A escolha deliberada de um novo cargo de prestígio que garanta ao sujeito um lugar de destaque na sociedade.
 - b) O abandono das tarefas comuns em favor de um propósito grandioso e transformador que elimine as tensões cotidianas.
 - c) O reconhecimento honesto de que as ações individuais sustentam e impactam diretamente a vida de outras pessoas.
 - d) A percepção de que o esforço individual é a única métrica válida para avaliar o sucesso de uma trajetória.
 - e) A conquista de plena estabilidade financeira e profissional, que permite ao indivíduo cessar seus esforços diários.

2. O texto descreve uma "tensão difícil de nomear" que surge com o peso da responsabilidade. O autor caracteriza a relação do indivíduo com essa tensão da seguinte forma:

- a) Como uma oscilação entre o desejo de retornar à simplicidade das tarefas básicas e a necessidade de sustentar o lugar que lhe cabe.
- b) Como um sentimento de deslocamento que desaparece completamente quando o indivíduo finalmente decide assumir todas as tarefas disponíveis.
- c) Como uma fase passageira que termina assim que o profissional se torna uma referência técnica em sua área de atuação.
- d) Como um fardo opressor que deve ser evitado a todo custo para garantir que o sujeito não perca sua essência original.
- e) Como um conflito moral abstrato que pode ser resolvido através do estudo de manuais de conduta e ética profissional.

3. Quanto aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir e assinale a correta:

- I. Há um momento na vida em que a gente percebe que não basta mais apenas produzir, entregar, dar conta. → O elemento 'apenas produzir, entregar, dar conta' exerce a função de objeto direto.
- II. Há um momento na vida em que a gente percebe que não basta mais apenas produzir, entregar, dar conta. → O verbo que introduz o período representa um caso de sujeito indeterminado.
- III. Há um momento na vida em que a gente percebe que não basta mais apenas produzir, entregar, dar conta. → a oração introduzida pelo 'que' exerce a função de objeto direto.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) I e II
- e) II e III

4. "Mas, de repente, algo muda silenciosamente: aquilo que fazemos começa a ultrapassar a esfera do 'para mim' e passa a tocar o 'para os outros'."

A respeito dos mecanismos de coesão textual presentes no trecho, assinale a alternativa correta.

- a) O termo "aquilo" retoma uma ideia futura no texto, funcionando como elemento catafórico.
- b) A expressão "algo" atua como elemento de coesão referencial, antecipando de forma vaga uma informação que será posteriormente especificada.
- c) A expressão "para os outros" introduz uma quebra de coesão, por não manter relação semântica com o termo anterior.
- d) O verbo "muda" compromete a progressão textual por não estabelecer ligação com informações anteriores.
- e) O termo "aquilo" exerce função de retomada de um referente explícito e determinado anteriormente no texto.

5. Julgue os itens a seguir quanto à análise do emprego de pontuação.

- I. Com o tempo, a gente deixa de se enxergar só como alguém que faz bem o que faz e passa a se ver como alguém que ocupa um lugar. → Nessa frase, a vírgula isola uma expressão explicativa.
- II. Há dias em que o peso parece excessivo, em que a vontade é largar tudo e voltar para um tempo em que bastava cumprir tarefas. Em outros, o problema é o oposto → a vírgula após a palavra 'outros' foi empregada para representar a elipse de um termo.
- III. E talvez o amadurecimento comece justamente aí → se fosse inserida uma vírgula após o termo 'talvez', a oração passaria a ser incorreta.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) I e II
- e) II e III

6. Assinale a única opção destacada que exerça a função de complemento nominal.

- a) ampliar a própria presença na vida.
- b) o peso da responsabilidade.
- c) daquilo que sustentamos
- d) Surge uma tensão difícil de nomear
- e) um equilíbrio que ainda não aprendeu a construir.

7. É o professor que percebe que sua presença organiza o aprendizado, o pai que entende que sua ausência desorganiza uma casa inteira, o profissional que deixa de executar tarefas e passa a ser referência.

Só que esse movimento não vem sem custo. Surge uma tensão difícil de nomear: até que ponto sustentar o que depende de mim não me afasta de mim mesmo

O conectivo destacado acima só não pode ser substituído por:

- a) Porém
- b) Não obstante
- c) Mesmo que
- d) Contudo
- e) Todavia

8. Com base no texto apresentado, assinale a alternativa que indica corretamente o tipo textual predominante.

- a) Narrativo, pois relata uma sequência de acontecimentos vividos pelo sujeito ao longo do tempo.
- b) Expositivo, pois caracteriza detalhadamente o ambiente e os aspectos físicos da realidade apresentada.
- c) Argumentativo, pois expõe reflexões e desenvolve ideias acerca do amadurecimento e da responsabilidade.

d) Injuntivo, pois orienta o leitor por meio de instruções diretas sobre como agir diante das situações descritas.

e) Dialogal, pois apresenta interação explícita entre interlocutores ao longo do texto.

LEGISLAÇÃO - LODF

Rodrigo Bet

9. Considere as seguintes afirmações sobre a proposta de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF):

- I. Pode ser proposta por, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. O Governador do Distrito Federal possui legitimidade para propor alteração ao texto da Lei Orgânica.
- III. A iniciativa popular para emendas exige a assinatura de, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Distrito Federal, distribuídos em pelo menos três zonas eleitorais.

Está(ão) correta(s), conforme texto da LODF:

- a) Apenas a afirmação I.
- b) Apenas as afirmações I e II.
- c) Apenas a afirmação II.
- d) Apenas as afirmações II e III.
- e) Todas as afirmações (I, II e III).

10. Com base no Art. 7º da Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa correta:

- a) São símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino, o brasão e o selo oficial.
- b) A lista de símbolos do Distrito Federal (bandeira, hino e brasão) é taxativa, não podendo a lei criar novos símbolos sob pena de inconstitucionalidade.
- c) O hino e o brasão são símbolos facultativos, enquanto a bandeira é o único símbolo obrigatório do Distrito Federal.
- d) A criação de novos símbolos para o Distrito Federal depende exclusivamente de emenda à Lei Orgânica, vedada a utilização de lei ordinária para tal fim.
- e) São símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino e o brasão, sendo que a lei poderá estabelecer outros símbolos e dispor sobre seu uso no território do DF.

LEGISLAÇÃO - PARTE DE LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL POLICIAL

Antônio Pequeno

11. De acordo com a Lei nº 6.450/1977 (dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências), o Comando-Geral da corporação compreende, exceto:

- a) o Comandante-Geral.
- b) o Subcomandante-Geral.
- c) o Estado-Maior, órgão de planejamento estratégico.
- d) as divisões.
- e) os departamentos, órgãos de direção-geral.

12. De acordo com a Lei nº 7.289/1984 (aprova o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências, marque a alternativa incorreta:

- a) A hierarquia é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos e graduações. Dentro de um mesmo posto ou graduação, a ordenação faz-se pela antiguidade nestes, sendo o respeito à hierarquia consubstanciado no espírito de acatamento da autoridade.
- b) Disciplina é a rigorosa observância e acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo policial-militar e coordena seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.
- c) A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias pelos policiais-militares em atividade ou na inatividade.
- d) Posto é o grau hierárquico do Oficial, conferido por ato do Governador do Distrito Federal e confirmado em Carta Patente.
- e) Os Aspirantes-a-Oficial PM e Alunos da Escola de Formação de Oficiais Policiais-Militares são denominados Praças normais.

13. De acordo com a Lei nº 12.086/2009 (dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências), no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, as promoções ocorrem pelos seguintes critérios, exceto:

- a) Antiguidade.
- b) Merecimento.
- c) Titulação em mestrado e doutorado
- d) ato de bravura.
- e) post mortem.

14. De acordo com a Lei nº 14.751/2023 (Lei Orgânica Nacional das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios) marque a alternativa correta que traga um exemplo de oficial intermediário:

- a) coronel.
- b) major.
- c) tenente-coronel.
- d) capitão.
- e) primeiro-tenente.

DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

Leandro Signori

Com relação ao II Plano Distrital de Políticas para Mulheres, resolva as questões de números 15 e 16.

15. “Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF” é uma meta do eixo:

- a) 7 – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia.
- b) 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
- c) 1 - Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica.
- d) 8 - Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia.
- e) 2 – Educação Para Igualdade.

16. A respeito do Eixo 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, são feitas as seguintes afirmativas:

- I - Ampliar o número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do Governo do Distrito Federal.
- II - Aumentar o peso do voto feminino em eleições distritais e ampliar acesso ao fundo partidário para mulheres.

III - Realizar referendos voltados especificamente para a população feminina deliberar sobre a criação de leis.

Consideram-se metas desse eixo:

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas a afirmativa II.
- c) Apenas a afirmativa III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

17. Antes de se tornar realidade, a criação de Brasília e do Distrito Federal foi fruto de ideais e de debates ao longo da história brasileira. As propostas de transferência da capital do Brasil remontam ao período colonial.

Sobre a realidade histórica de Brasília, assinale a alternativa correta:

- a) A Missão Cruls destacou no seu relatório o relevo acidentado e o clima seco como fatores negativos para a construção da futura capital na área delimitada no Planalto Central.
- b) O território do atual Distrito Federal foi constituído de terras desmembradas dos estados de Goiás e Minas Gerais.
- c) A ideia de transferência da capital para o interior do país surgiu pela primeira vez com Dom Bosco, que vislumbrou de forma realística a forma e a localidade da cidade.
- d) Algumas cidades do Distrito Federal tiveram como origens os acampamentos de trabalhadores e técnicos da época da construção de Brasília.
- e) Para agilizar ao máximo as obras da nova capital, o concurso para o Plano Piloto de Brasília foi realizado pela Presidência da República, enquanto aguardava-se a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

18. Com relação às Regiões Administrativas do Distrito Federal, analise as afirmativas a seguir, assinalando Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Cada Região Administrativa tem um Administrador Regional, que é nomeado pelo Governador do Distrito Federal.
- () Atualmente, o Distrito Federal organiza-se em 35 Regiões Administrativas, sendo Arniqueira a mais recente, criada em 2022.
- () A Região administrativa de Brazlândia se destaca pela produção de hortaliças e frutas, e Planaltina e o Paranoá pelo cultivo da soja.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F, V, V.
- b) V, V, F.
- c) V, F, V.
- d) F, F, F.
- e) F, V, V.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

19. Acerca da teoria geral dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos humanos possuem natureza exclusivamente positivista, dependendo integralmente de previsão legal para existirem.
- b) A universalidade dos direitos humanos implica sua aplicação apenas aos nacionais de determinado Estado.
- c) Os direitos humanos são históricos, ou seja, surgem e se desenvolvem ao longo do tempo conforme as necessidades sociais.
- d) A indivisibilidade dos direitos humanos permite a hierarquização entre direitos civis e sociais.
- e) A inalienabilidade dos direitos humanos admite sua renúncia voluntária em qualquer hipótese.

20. Sobre a terminologia e estrutura normativa dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Direitos humanos e direitos fundamentais são expressões sinônimas, independentemente do contexto.
- b) Direitos humanos referem-se aos direitos previstos no plano internacional, enquanto direitos fundamentais são aqueles positivados na Constituição.
- c) Direitos fundamentais são aqueles reconhecidos apenas por tratados internacionais.
- d) Direitos humanos não possuem caráter normativo.
- e) Direitos humanos dependem de reconhecimento judicial para existirem.

21. Sobre a responsabilidade do Estado em matéria de direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) O Estado responde apenas por violações praticadas diretamente por seus agentes.
- b) A responsabilidade estatal exige comprovação de dolo.
- c) O Estado pode ser responsabilizado internacionalmente por omissão na proteção de direitos humanos.
- d) A responsabilidade internacional depende de decisão do Poder Judiciário interno.
- e) A responsabilidade estatal exclui a responsabilidade individual do agente.

22. No que se refere aos direitos humanos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos fundamentais estão restritos ao art. 5º da Constituição.
- b) A Constituição Federal adota um rol taxativo de direitos fundamentais.
- c) Os direitos fundamentais possuem aplicabilidade imediata.
- d) Apenas brasileiros natos são titulares de direitos fundamentais.
- e) Direitos sociais não são considerados direitos fundamentais.

23. Acerca da relação entre a Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Tratados internacionais nunca possuem hierarquia constitucional.
- b) Tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum possuem status de lei ordinária.
- c) Tratados aprovados com quórum qualificado equivalem a emenda constitucional.
- d) Todos os tratados internacionais possuem status supralegal.
- e) A Constituição proíbe a incorporação de tratados de direitos humanos.

24. Sobre a Política Nacional de Direitos Humanos e a atuação estatal em segurança pública voltada a grupos vulneráveis, assinale a alternativa correta:

- a) A atuação policial deve ser neutra, sem considerar vulnerabilidades específicas.
- b) A proteção de grupos como LGBTQIAPN+ decorre exclusivamente de tratados internacionais.
- c) Políticas públicas de direitos humanos incluem ações específicas para grupos vulneráveis, visando igualdade material.
- d) A Constituição Federal proíbe tratamento diferenciado a grupos sociais.
- e) A segurança pública não se relaciona com direitos humanos.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

25. A Criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar que se ocupa do estudo do crime, do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo. Sobre os objetos de estudo da Criminologia, assinale a alternativa correta:

- a) O controle social, como objeto da Criminologia, divide-se em formal (ex: polícia, justiça) e informal (ex: família, escola, religião).
- b) A vítima, historicamente, sempre foi o centro das atenções da Criminologia, desde a Escola Clássica até os dias atuais.
- c) O crime, para a Criminologia, é um conceito estritamente jurídico-penal, não importando sua dimensão social ou comunitária.
- d) O delinquente é analisado pela Criminologia moderna exclusivamente sob a ótica do determinismo biológico, ignorando fatores ambientais.
- e) A Criminologia e o Direito Penal possuem o mesmo método de estudo, qual seja, o método lógico-dedutivo e normativo.

26. O desenvolvimento do pensamento criminológico foi marcado por diferentes escolas. A Escola Clássica e a Escola Positiva apresentaram paradigmas distintos na compreensão do fenômeno criminal. Sobre essas escolas, é correto afirmar:

- a) A Escola Clássica, representada por Cesare Lombroso, defendia que o criminoso era um ser atávico, determinado biologicamente ao crime.
- b) A Escola Positiva baseava-se no livre-arbítrio, entendendo que o indivíduo escolhe cometer o crime após um cálculo racional de custos e benefícios.
- c) Para a Escola Clássica, a pena tinha um caráter puramente retributivo e de prevenção geral, fundamentada na responsabilidade moral do indivíduo.
- d) A Escola Positiva rejeitava o método empírico-indutivo, preferindo o método dogmático e abstrato para o estudo do crime.
- e) Enrico Ferri, expoente da Escola Clássica, desenvolveu a teoria da imputabilidade moral baseada no livre-arbítrio.

27. As teorias sociológicas da criminalidade buscaram explicar o crime a partir de fatores sociais, afastando-se do determinismo biológico. Dentre essas teorias, a Teoria da Anomia, desenvolvida por Émile Durkheim e posteriormente adaptada por Robert K. Merton, postula que:

- a) O crime é resultado da aprendizagem social, onde o indivíduo aprende o comportamento delitivo através da interação com grupos criminosos.
- b) A criminalidade surge da desproporção entre os objetivos culturais valorizados pela sociedade e os meios institucionais legítimos disponíveis para alcançá-los.
- c) O sistema penal atua de forma seletiva e estigmatizante, criando a figura do criminoso através do processo de criminalização primária e secundária.
- d) O crime está concentrado em zonas urbanas desorganizadas, onde há enfraquecimento dos vínculos sociais e das instituições de controle.
- e) O comportamento criminoso é inerente à natureza humana, sendo contido apenas pela força dos laços sociais que o indivíduo mantém com a sociedade.

28. No contexto de um Estado Democrático de Direito, a Criminologia desempenha um papel fundamental na formulação e crítica da política criminal. Sobre a relação entre Criminologia e o Estado Democrático de Direito, assinale a alternativa correta:

- a) A Criminologia Crítica legitima o sistema penal tradicional, defendendo o endurecimento das penas como única forma de controle social eficaz.
- b) No Estado Democrático de Direito, a política criminal deve pautar-se exclusivamente pelo clamor público e pela mídia, ignorando os dados empíricos criminológicos.
- c) A Criminologia fornece substrato empírico para que o Direito Penal atue como ultima ratio, respeitando os princípios da intervenção mínima e da dignidade da pessoa humana.

d) O Estado Democrático de Direito pressupõe a adoção do Direito Penal do Inimigo como regra para o tratamento de todos os infratores.

e) A Criminologia moderna defende a abolição total de qualquer forma de controle social, seja formal ou informal, em nome da liberdade absoluta.

29. Modelos de Reação ao Delito A forma como a sociedade e o Estado reagem ao fenômeno criminal evoluiu ao longo do tempo, consolidando diferentes modelos de reação ao delito. Sobre esses modelos, é correto afirmar:

- a) O modelo dissuasório (ou clássico) foca na reparação do dano sofrido pela vítima e na reconciliação entre as partes envolvidas.
- b) O modelo ressocializador tem como objetivo principal a punição severa do infrator, visando exclusivamente a retribuição pelo mal causado.
- c) O modelo restaurativo exclui completamente a participação da vítima no processo de resolução do conflito criminal, deixando-o a cargo exclusivo do Estado.
- d) O modelo dissuasório entende que a pena não deve ter caráter preventivo, mas apenas curativo, tratando o criminoso como um doente.
- e) O modelo integrador (ou restaurativo) busca a pacificação social, priorizando a reparação do dano à vítima e a reintegração do infrator à comunidade.

30. São exemplos de prevenção: primária, secundária e terciária, respectivamente:

- a) Denúncia pelo crime de roubo, programas de intervenção com jovens em situação de risco e apoio psicossocial a ex-detentos.
- b) Programas de intervenção com jovens em situação de risco, apoio psicossocial a ex-detentos e ressocialização de detentos
- c) A criação de uma lei penal, aplicação de uma lei penal e detenção de um criminoso.
- d) Programas de educação, programas de intervenção com jovens em situação de risco e apoio psicossocial a ex-detentos.
- e) Programas de ressocialização em presídios, ação da polícia após um crime e liberdade provisória.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

31. Durante uma operação conjunta, três equipes da PMDF (A, B e C) dividiram entre si um bônus operacional de R\$ 17.000,00, proporcionalmente ao número de ocorrências atendidas e ao grau de complexidade.

Sabe-se que:

- O número de ocorrências atendidas por A, B e C está na razão 2: 3: 5;
- Os fatores de complexidade são, respectivamente, 3, 2 e 1.

A divisão foi feita proporcionalmente ao produto:

$$(\text{ocorrências}) \times (\text{complexidade})$$

O valor recebido pela equipe B foi:

- a) R\$ 4.800,00
- b) R\$ 5.400,00
- c) R\$ 6.000,00
- d) R\$ 6.600,00
- e) R\$ 7.200,00

32. Uma equipe de logística da PMDF verificou que 12 agentes, trabalhando 6 horas por dia durante 10 dias, conseguem vistoriar 720 veículos. Deseja-se saber quantos veículos serão vistoriados por 15 agentes, trabalhando 7 horas por dia durante 8 dias, sabendo que houve uma redução de eficiência de 20% devido a condições adversas.

O número de veículos vistoriados será:

- a) 576
- b) 672
- c) 768
- d) 864
- e) 900

33. O custo operacional diário $C(x)$, em reais, de uma unidade policial depende do número x de viaturas em operação e é dado por:

$$C(x) = -3x^2 + 80x + 500$$

Sabendo que x é inteiro e positivo, o custo máximo ocorre quando o número de viaturas é:

- a) 11
- b) 12
- c) 13
- d) 14
- e) 15

34. Considere a sentença “Se Carlos é biólogo e Camaro é ator, então Suzana é juíza”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- a) Carlos não é biólogo ou Camaro não é ator ou Suzana é juíza.
- b) Se Suzana é juíza, então Carlos é biólogo e Camaro é ator.
- c) Se Carlos não é biólogo e Camaro não é ator, então Suzana não é juíza.
- d) Carlos é biólogo e Camaro é ator e Suzana não é juíza.
- e) Se Suzana não é juíza, então Carlos não é biólogo e Camaro não é ator.

35. Em uma operação, 8 policiais serão escolhidos para compor uma equipe especial a partir de um grupo de 5 sargentos e 7 cabos. A equipe deve conter exatamente 3 sargentos.

A probabilidade de que isso ocorra é:

- a) $\frac{35}{99}$
- b) $\frac{5}{18}$
- c) $\frac{10}{33}$
- d) $\frac{7}{22}$
- e) $\frac{14}{33}$

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

READ THE TEXT BELOW AND ANSWER THE QUESTIONS.

Hate against women increases on social media

Memes, threats, leaked personal information, adult-themed deepfakes – a wide range of strategies are used to target women online. What happens on the web is a reflection of society outside offline – and vice versa. Yet there is one aggravating factor in the cyberspace: hate speech boosts engagement, sells, and yields profits for both misogynists and the online platforms they operate on.

The discussion about monetization and the encouragement of hate speech against women online is featured in the episode *A nova roupa do machismo* ("The New Face of Sexism") of EBC's *Caminhos da Reportagem*, aired on TV Brasil.

In 2025, Brazil broke records for femicide, with four women killed per day, as per official data. Although it is not yet possible to correlate this with the increase in hate speech online, it is safe to say that gender-based violence has increased both on and off screen.

The program's team of reporters found that a survey by the Getulio Vargas Foundation (FGV) monitored 85 online hate networks. Researchers found that, from 2019

to 2025, there was an almost 600-fold surge in the misogynistic content shared. In the view of researcher Julie Ricard, some men feel attacked by the power acquired by women. "These men are almost on a mission to protect themselves," she noted.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/direitos-humanos/noticia/2026-03/hate-against-women-increases-social-media>

36. The main idea of the text can be best summarized as:

- a) Social media reduces hate speech against women through engagement.
- b) Online hate against women mirrors offline society and generates profits.
- c) Femicide in Brazil decreased due to online awareness campaigns.
- d) Researchers eliminated misogynistic networks by 2025.
- e) Deepfakes are the only strategy used to target women online.

37. According to the text, what is the "aggravating factor" in cyberspace?

- a) Decreased profits for platforms.
- b) Hate speech boosting engagement and sales.
- c) Reduction in gender-based violence.
- d) Decline in misogynistic content.
- e) Offline society's positive influence online.

38. In the sentence "Yet there is one aggravating factor in the cyberspace", YET could be replaced by:

- a) Hence
- b) Despite
- c) Furthermore
- d) However
- e) Since

- 39.** According to the text, it is possible to state that
- a) Femicide rates decreased in Brazil in 2025
 - b) Hate speech against women does not generate profits for platforms
 - c) Online and offline violence reflect each other
 - d) Misogynistic content decreased almost 600-fold from 2019 to 2025
 - e) Men feel supported by women's power acquisition
- 40.** The text indicates that men are trying to defend themselves. It is caused by
- a) decreased social media engagement
 - b) the power gained by women
 - c) profits from hate speech
 - d) reduction in femicide rates
 - e) monitoring of hate networks by FGV

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS MATERIAIS

Douglas Schneider

- 41.** Acerca da evolução da administração pública no Brasil e das reformas administrativas implementadas a partir de 1930, assinale a opção correta.
- a) O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado durante o governo Vargas, promoveu a profissionalização do serviço público ao fortalecer a seleção por mérito e a padronização de rotinas de pessoal, com ampliação do uso de concursos e critérios impessoais de ingresso nos quadros da administração federal.
 - b) O Decreto-Lei n.º 200/1967 concentrou as atividades administrativas na administração direta,

- extinguindo a possibilidade de descentralização de serviços para autarquias e fundações públicas.
 - c) A administração patrimonialista, predominante no Brasil até 1930, caracterizava-se pela separação formal entre o patrimônio público e o patrimônio privado dos governantes, o que impedia a apropriação pessoal de recursos estatais.
 - d) A reforma gerencial de 1995 extinguiu os mecanismos de controle burocrático no núcleo estratégico do Estado, substituindo-os integralmente por instrumentos de avaliação de resultados.
 - e) O modelo de administração burocrática, implementado a partir de 1930, priorizava a gestão orientada para resultados e a flexibilização dos processos administrativos como forma de superar o patrimonialismo.
- 42.** Considerando os conceitos de cultura e clima organizacional, assinale a opção correta.
- a) O clima organizacional refere-se aos padrões de comportamento consolidados ao longo da história da organização e transmitidos às gerações seguintes de membros, constituindo a identidade institucional.
 - b) Os artefatos, na tipologia de Schein, representam o nível mais profundo da cultura organizacional, composto por crenças inconscientes que orientam o comportamento dos membros.
 - c) A cultura organizacional pode ser compreendida como um fenômeno estático, insuscetível de modificação por iniciativas gerenciais, em razão de sua natureza enraizada nos pressupostos básicos da organização.
 - d) O clima organizacional corresponde à percepção compartilhada pelos membros da organização acerca do ambiente de trabalho, influenciando a motivação e a satisfação dos colaboradores.
 - e) Os valores compartilhados, segundo o modelo de Schein, situam-se no nível mais superficial da cultura organizacional, sendo diretamente observáveis por meio de símbolos, rituais e disposição física do ambiente.

43. Situação hipotética: Em uma instituição pública, o dirigente máximo identificou que os servidores apresentavam baixa produtividade e elevada rotatividade. Após pesquisa interna, constatou-se que os salários estavam compatíveis com o mercado, as condições de trabalho eram adequadas e os benefícios eram satisfatórios. Contudo, os servidores relataram ausência de reconhecimento profissional, de oportunidades de crescimento e de autonomia na execução das tarefas. Com base na situação descrita e na teoria dos dois fatores de Herzberg, assinale a opção correta.

- a) A insatisfação dos servidores decorre de fatores higiênicos inadequados, cabendo à administração revisar a política remuneratória e as condições físicas de trabalho.
- b) A situação descrita revela carência de fatores motivacionais, relacionados ao conteúdo do trabalho, cuja presença é necessária para gerar satisfação e engajamento no ambiente organizacional.
- c) A melhoria das condições de trabalho e dos benefícios é suficiente para promover a motivação dos servidores, uma vez que os fatores higiênicos e os motivacionais integram um único continuum de satisfação.
- d) O reconhecimento profissional e a autonomia constituem fatores higiênicos que, quando atendidos, eliminam a insatisfação e geram motivação intrínseca nos colaboradores.
- e) A teoria de Herzberg recomenda que a organização priorize a satisfação dos fatores motivacionais antes de assegurar os fatores higiênicos, por serem aqueles os de maior impacto sobre o desempenho.

44. No âmbito da administração de recursos materiais, a gestão de estoques envolve técnicas e sistemas de controle voltados à otimização dos recursos disponíveis. Assinale a opção correta.

- a) No sistema de reposição contínua, o pedido de ressuprimento é emitido em intervalos fixos de tempo, independentemente do nível de estoque registrado no momento da revisão.
- b) O estoque de segurança destina-se a absorver variações imprevistas de demanda ou atrasos no fornecimento, funcionando como reserva para evitar a ruptura do abastecimento.
- c) A classificação ABC de materiais baseia-se no critério do custo unitário dos itens, de modo que os materiais de maior preço individual são classificados na categoria A.
- d) O ponto de pedido corresponde ao nível máximo de estoque que a organização deve manter, acima do qual os custos de armazenagem tornam-se superiores aos benefícios de disponibilidade.
- e) O lote econômico de compra visa maximizar a quantidade adquirida em cada pedido, de forma a reduzir a frequência de aquisições e eliminar os custos de armazenagem.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

45. Dani ao consultar a CF/88 estava em dúvida em saber qual seria a competência aplicada corretamente ao Presidente da República à luz do texto constitucional. Considerando que ela leu o art 84. Assinale a alternativa que indica a função exercida pelo presidente da República, dentre as previstas no texto constitucional federal, considerada como inerente à função de Chefia de Governo.

- a) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) Presidir o Conselho de Defesa Nacional.
- c) Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- d) propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- e) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

46. Tivemos, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico. Clóvis analisando a Carta maior chegou à seguinte conclusão correta a cerca dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) Eles sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Eles podem ter a natureza jurídica de normas supraleais, em qualquer situação.
- c) Eles podem ter a natureza jurídica de norma constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-

los com observância do processo legislativo ordinário;

- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

47. Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, o estado de defesa, estado de sítio e a segurança pública é correto afirmar que

- a) Às polícias civis dos estados cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- b) As Forças Armadas são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.
- c) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.
- d) D.ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.
- e) Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

48. Tibério, deputado federal eleito pelo Distrito Federal, após completar 29 anos de idade, caminhou, num ato de protesto, por toda Brasília. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o meio ambiente de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal, proposta independentemente de onde se encontre no território nacional.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) Ação popular que será julgada pelo STJ.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

49. João, servidor municipal, solicitou licença para funcionamento de um pequeno comércio em uma praça pública. A Administração analisou o pedido e verificou que ele atendia a todos os requisitos legais, concedendo a licença por meio de ato administrativo formal. Meses depois, João passou a descumprir normas sanitárias, deixou de atender às exigências impostas pela legislação e passou a utilizar o espaço público de forma irregular.

Com base nessa situação e nas características dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) O ato de concessão da licença possui natureza bilateral, pois dependeu da concordância do particular para sua validade e produção de efeitos jurídicos.
- b) A licença concedida configura ato administrativo individual, uma vez que possui destinatário determinado e produz efeitos concretos apenas em relação ao particular beneficiado.

c) A Administração não poderia cassar a licença, pois o ato administrativo, após sua concessão, torna-se imutável e não pode ser retirado do ordenamento jurídico.

d) O ato de concessão da licença não possui presunção de legitimidade, pois depende da manifestação de vontade do particular interessado.

e) Na licença concedida caracteriza ato normativo, pois estabelece regras gerais e abstratas aplicáveis a todos os comerciantes que pretendam utilizar o espaço público

50. No que se refere aos poderes da Administração Pública e às prerrogativas que decorrem do exercício das funções administrativas, assinale a opção **correta**.

a) O poder disciplinar decorre diretamente da supremacia geral do Estado sobre os administrados, razão pela qual pode ser exercido indistintamente sobre qualquer particular, ainda que inexistente vínculo jurídico específico com a Administração.

b) O poder hierárquico caracteriza-se pela relação de coordenação existente entre pessoas jurídicas distintas, permitindo que um ente federativo interfira na atuação administrativa de outro sempre que houver interesse público envolvido.

c) O poder regulamentar confere ao Chefe do Poder Executivo competência normativa plena, autorizando a edição de atos capazes de inovar na ordem jurídica sempre que inexistir lei disciplinando determinada matéria administrativa.

d) O poder de polícia administrativa, por impor restrições ao exercício de direitos individuais, é atividade necessariamente vinculada, não admitindo qualquer margem de discricionariedade na sua execução.

e) O poder hierárquico manifesta-se no âmbito interno da Administração Pública, decorrendo da organização administrativa verticalizada, e permite à autoridade superior ordenar, fiscalizar, rever atos, bem como delegar e avocar competências, observados os limites legais

51. No Instituto Estadual de Gestão Pública, o Diretor-Geral, para “valorizar a equipe”, cria por portaria um “auxílio produtividade” mensal, a ser pago apenas aos servidores de sua confiança, sem lei específica autorizando a vantagem. Na mesma semana, indefere requerimento de uma servidora que pediu remoção por motivo de saúde, limitando-se a escrever no processo administrativo: “Indeferido”, sem indicar fatos apurados, critérios adotados ou fundamento jurídico.

Além disso, decide revisar um ato antigo que havia concedido determinada vantagem funcional a um servidor que a vinha recebendo há anos, de boa-fé, determinando a devolução integral retroativa e o corte imediato do pagamento, sem prever período de adaptação. Por outro lado, implanta um novo fluxo de tramitação eletrônica, com triagem e padronização de rotinas, reduzindo o tempo médio de resposta e eliminando retrabalho.

No que se refere aos princípios da Administração Pública — explícitos e implícitos — assinale a opção **correta**.

- a) A criação do “auxílio produtividade” por portaria é compatível com a legalidade, pois a Administração pode instituir vantagens remuneratórias sempre que houver justificativa de interesse público e disponibilidade orçamentária.
- b) A decisão “Indeferido”, sem qualquer exposição de fatos e fundamentos, é suficiente, pois a motivação é dispensável e não se relaciona com controle de legalidade, finalidade e moralidade.
- c) O corte retroativo e inesperado de vantagem usufruída por administrado de boa-fé compromete a estabilidade e a previsibilidade das relações jurídicas, contrariando os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.
- d) A reorganização de rotinas internas para reduzir tempo de tramitação viola a eficiência, porque este princípio só se aplica à atividade finalística e não alcança a gestão administrativa e os procedimentos internos.

e) A impessoalidade autoriza a escolha de beneficiários com base em vínculos pessoais, desde que a decisão seja formalmente tomada por autoridade competente e registrada em portaria

52. A respeito da responsabilidade civil do Estado, especialmente quanto aos requisitos para sua configuração, às causas excludentes ou atenuantes, à reparação do dano e ao direito de regresso, assinale a opção **correta**.

- a) Para a configuração da responsabilidade civil objetiva do Estado, é necessária a demonstração do dano, da ação administrativa imputável ao Estado e do nexo causal entre essa ação e o prejuízo sofrido.
- b) A adoção da teoria do risco administrativo impede o reconhecimento de causas excludentes ou atenuantes da responsabilidade estatal, assegurando à vítima o direito à indenização em qualquer hipótese.
- c) A responsabilização civil do Estado exige a comprovação de dolo ou culpa do agente público, uma vez que a responsabilidade objetiva não foi integralmente adotada no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) O direito de regresso contra o agente público decorre automaticamente do pagamento da indenização pelo Estado, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.
- e) A reparação do dano causado pelo Estado impede a responsabilização posterior do agente público, em razão do princípio da unicidade da responsabilidade estatal

53. O servidor Rodrigo foi removido compulsoriamente para outra unidade administrativa com base em ato discricionário do Secretário Estadual de Infraestrutura. Insatisfeito, protocolou pedido de reconsideração administrativa, que foi analisado e negado pelo próprio órgão.

Em seguida, impetrou mandado de segurança no Poder Judiciário solicitando que o juiz avaliasse a razoabilidade da remoção e substituísse a decisão por outra que considerasse mais conveniente.

Paralelamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa abriu investigação para apurar suspeitas de irregularidades na gestão da Secretaria.

À luz das formas e limites de controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Judiciário pode alterar o mérito da decisão administrativa, já que cabe ao magistrado substituir o ato administrativo quando entender ser mais adequado ao servidor.
- b) A atuação da CPI representa exercício legítimo de controle legislativo, com finalidade investigatória e fiscalizatória dos atos administrativos.
- c) O pedido administrativo caracteriza controle externo, pois houve provocação do servidor a órgão distinto do que praticou o ato.
- d) Ao analisar o mandado de segurança, o Judiciário poderá decidir sobre conveniência da remoção, aplicando análise de mérito para corrigir eventuais abusos.
- e) O controle legislativo exercido pela CPI permite anular o ato praticado pelo Secretário, tendo a comissão poder jurídico decisório semelhante ao da Administração

DIREITO PENAL

Ivo Martins

54. Em 10/01/2025, João cometeu o crime de peculato (art. 312, CP). Em 10/02/2025, entrou em vigor uma nova lei penal que, para o crime de peculato, aumentou a pena máxima e retirou a possibilidade de progressão de regime antecipada. Em 10/03/2025, o processo de João foi sentenciado. Diante do conflito de leis penais no tempo, assinale a opção correta.

- a) Aplica-se a lei nova (10/02) na íntegra, pois o crime foi sentenciado sob sua vigência, baseando-se no princípio *tempus regit actum*.
- b) Aplica-se a lei antiga (*lex mitior*) apenas no que tange à pena máxima, mas a lei nova no que tange à progressão de regime, configurando a *lex tertia*.
- c) A lei nova não se aplica a João, sendo aplicada a lei vigente ao tempo da ação, inclusive se esta for mais benéfica, em respeito à retroatividade in pejus.
- d) A nova lei, por ser mais gravosa (*lex gravior*), não se aplica aos fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo retroagir a lei anterior, mais benéfica.
- e) Aplica-se a lei nova, pois em crimes funcionais a lei vigente ao tempo da sentença prevalece, independentemente de ser mais gravosa.

55. A respeito da teoria do crime, assinale a opção correta.

- a) A legítima defesa putativa, quando derivada de erro plenamente escusável pelas circunstâncias, exclui a ilicitude do fato, não havendo crime.
- b) No concurso de agentes, o Código Penal adotou a teoria monista ou unitária, segundo a qual todos os que concorrem para o crime incidem nas penas a este cominadas, ressalvadas exceções pluralistas.
- c) A coação moral irresistível exclui a ilicitude da conduta do coagido, pois este age sem liberdade de vontade.
- d) O consentimento do ofendido é causa excludente de ilicitude expressamente prevista no Código Penal Brasileiro para crimes contra o patrimônio.
- e) A culpabilidade, na teoria finalista, é analisada como elemento integrante do fato típico, e não como pressuposto da pena.

56. Analise a seguinte situação: Afrânio, delegado de Polícia, com o objetivo de obter prova para investigação, ordena a realização de interrogatório de suspeito sem a presença de seu advogado, sabendo ser este um direito do investigado e com o fim de prejudicá-lo, frustrando a produção de provas legítimas. Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade), Afrânio cometeu:

- a) Crime de abuso de autoridade, conduta que admite modalidade culposa se comprovada negligência grave.
- b) Crime de abuso de autoridade, conduta que exige dolo específico de prejudicar outrem, beneficiar a si ou terceiro, ou por mero capricho/satisfação pessoal.
- c) O fato é atípico, pois o interesse público na investigação prevalece sobre o direito do advogado de estar presente no interrogatório.
- d) Crime de abuso de autoridade, sendo a pena aumentada se o agente for ocupante de cargo de chefia.
- e) Crime de abuso de autoridade, conduta que se equipara à tortura, sendo inafiançável e insuscetível de graça.

57. João, servidor público e membro da comissão de licitação, inseriu declaração falsa em documento oficial de licitação, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (a pontuação de uma empresa), visando favorecer uma empresa amiga. Em relação aos crimes contra a administração pública e fé pública, João responderá por:

- a) Falsidade ideológica (art. 299, CP), absorvido pelo crime de contratação direta ilegal (Lei 14.133/2021).
- b) Falsidade material (art. 297, CP), pois alterou documento autêntico.
- c) Falsidade ideológica (art. 299, CP), em concurso com o crime do art. 337-F do Código Penal (frustração do caráter competitivo da licitação).

d) Apenas pelo crime de falsidade ideológica, pois a inserção de dados falsos é crime-fim.

e) Crime de prevaricação, pois agiu por interesse pessoal.

58. Sobre as penas e sua extinção, assinale a opção correta de acordo com o Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- a) A pena de prestação de serviços à comunidade é espécie de pena restritiva de direitos, aplicável apenas em substituição a penas privativas de liberdade superiores a 4 anos.
- b) A prescrição após a sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação tem por base a pena aplicada, não podendo em caso algum ser inferior a 1 ano.
- c) A prescrição da pretensão punitiva retroativa pode ser verificada entre a data do fato e a do recebimento da denúncia, com base na pena in abstracto.
- d) O perdão judicial, quando concedido, extingue a punibilidade, e a sentença que o aplica é considerada absolutória para fins de reincidência.
- e) A pena de multa, se não paga no prazo de 10 dias após o trânsito em julgado, converte-se automaticamente em pena privativa de liberdade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

59. Acerca do instituto da cadeia de custódia, introduzido no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019, assinale a alternativa correta.

- a) O isolamento, etapa que consiste no ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial, é a primeira etapa da cadeia de custódia.
- b) A etapa da fixação corresponde à descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, sendo sua descrição no laudo pericial facultativa caso haja registros fotográficos.
- c) O recebimento é a etapa que consiste no ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser devidamente registrado, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.
- d) No processamento, etapa em que o vestígio é submetido à análise pericial, é vedado o rompimento do lacre do recipiente sem a presença do Ministério Público.
- e) O reconhecimento é definido como o ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo a autoridade policial preservar o local do crime até a chegada dos peritos.

60. No que concerne à diligência de busca pessoal no processo penal brasileiro, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A busca pessoal independe de mandado no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou objetos que constituam corpo de delito.

b) A autoridade policial pode realizar a busca pessoal baseada exclusivamente no nervosismo do indivíduo ao avistar a guarnição, configurando tal atitude a "fundada suspeita" exigida por lei.

c) No caso de busca domiciliar, a busca pessoal nos residentes que estiverem no local no momento da diligência depende de mandado específico para cada indivíduo.

d) A busca pessoal dependerá de mandado quando realizada no caso de prisão em flagrante.

e) É vedada a realização de busca pessoal em mulheres por policiais do sexo masculino, mesmo em casos de urgência ou quando a demora possa comprometer a diligência.

61. Sobre os institutos despenalizadores da transação penal e da suspensão condicional do processo, previstos na Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa correta.

a) A suspensão condicional do processo é cabível apenas para infrações de menor potencial ofensivo

b) A homologação da composição civil dos danos nos crimes de ação penal pública incondicionada acarreta a extinção da punibilidade do autor do fato.

c) Nos casos de delitos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se a aplicação da transação penal, sendo vedado o benefício da suspensão condicional do processo.

d) Durante o período de suspensão condicional do processo, o prazo prescricional continua a fluir.

e) A transação penal não será admitida se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de 05 (cinco) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa em outro acordo da mesma natureza.

62. Em relação aos procedimentos de obtenção de dados e informações previstos nos artigos 13-A e 13-B do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) No crime de tráfico de pessoas, o Delegado de Polícia pode requisitar diretamente às empresas de telecomunicações os meios técnicos que permitam a localização da vítima, independentemente de autorização judicial.
- b) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 13-A do CPP por violar a cláusula de reserva de jurisdição ao permitir requisição de dados sem prévia ordem judicial.
- c) O Ministério Público ou o Delegado de Polícia podem requisitar, de órgãos públicos ou empresas privadas, dados cadastrais da vítima ou suspeitos nos crimes de extorsão mediante sequestro e redução à condição análoga à de escravo.
- d) Nos termos do art. 13-B do CPP, se o juiz não se manifestar sobre o pedido em 12 horas, a autoridade policial poderá requisitá-lo diretamente, sem necessidade de posterior controle judicial.
- e) O rol de crimes que permitem a requisição de dados cadastrais prevista no art. 13-A do CPP é exemplificativo, podendo ser estendido a qualquer infração penal punida com reclusão.

63. Quanto ao instituto da fiança e das medidas cautelares diversas da prisão, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 04 (quatro) anos.
- b) A fiança é admitida nos crimes de racismo e nos cometidos por grupos armados contra a ordem constitucional, em razão do princípio da presunção de inocência.
- c) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem e tenha

filho, independentemente de qualquer condição adicional, desde que possua residência fixa.

- d) A monitoração eletrônica, como medida cautelar diversa da prisão, não pode ser aplicada de forma cumulada com a prisão domiciliar por constituir *bis in idem*.
- e) O descumprimento de medida cautelar diversa da prisão, quando aplicada isoladamente, não poderá ensejar a decretação da prisão preventiva.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

64. Dinho é um traficante que utiliza o comércio de drogas como um estilo de vida. Durante uma investigação feita pela Polícia Civil de MG foi constatado que Dinho, além do tráfico de drogas, financia e custeia o próprio negócio. Com base nessa situação hipotética, julgue as alternativas abaixo e assinale a correta com base na Lei nº 11.343/2006.

- a) O prazo de conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é 25 dias.
- b) No caso de colaboração premiada, o colaborador pode ser beneficiado com o perdão judicial e a redução de pena.
- c) A ação controlada, com base na lei de drogas, basta a comunicação prévia ao juízo, não precisando de decisão judicial autorizando.
- d) Na Lei de Drogas não precisa de autorização judicial a infiltração do agente de polícia.
- e) Com o advento do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) passou a ser previsto, na Lei de Drogas, a figura do agente policial disfarçado,

65. A Polícia Militar foi acionada para atender uma ocorrência de violência doméstica e familiar contra uma mulher em um município que não é sede de comarca. Chegando ao local foi constatado que Carla estava com lesões no rosto causadas pelo próprio marido. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta de acordo com a Lei nº 11.340/2006.

- a) Só quem pode pedir a determinação de medida protetiva de urgência é a ofendida.
- b) A única autoridade que pode determinar o afastamento do agressor do lar no caso de risco atual ou iminente na integridade física e psicológica de Leandra é o juiz.
- c) Caso Leandra tenha representado contra o marido, poderá ela se retratar até o recebimento da denúncia.
- d) Não é possível a aplicação de nenhum instituto previsto na Lei nº 9.099/1995.
- e) O juiz antes de determinar uma medida protetiva de urgência tem que notificar o Ministério Público.

66. Um Policial Militar abordou um indivíduo que estava portando uma arma de fogo de uso restrito e dois carregadores com 15 munições cada. Foi constatado que a pessoa estava portando o material bélico ilegalmente, vez que não tinha autorização da autoridade competente para estar portando. Com base nessa situação hipotética e nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), marque a alternativa incorreta.

- a) O indivíduo responderá por dois crimes de porte ilegal de arma de fogo, vez que estava portando uma arma de fogo e dois carregadores muniçados.
- b) O indivíduo responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- c) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é um crime de perigo abstrato
- d) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é um crime de mera conduta.

e) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é um crime doloso.

67. De acordo com a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), marque a alternativa que traga uma informação incorreta sobre a transação penal.

- a) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- b) Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.
- c) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- d) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo.
- e) A transação penal pode ser aplicada para qualquer crime independente da pena.

68. De acordo com a Lei nº 7.716/1989, quando um funcionário público praticar o crime de injúria racial, no exercício da função, a pena desse crime pode ser aumentada de

- a) $1/3$ a $1/2$.
- b) $1/6$ a $1/3$.
- c) $1/2$ a $2/3$.
- d) $2/3$.
- e) $1/4$.

69. De acordo com a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta.

- a) No tráfico de drogas, para aumentar a pena pela transnacionalidade, é necessário a transposição da fronteira.
- b) O tráfico privilegiado é um crime equiparado a hediondo.
- c) O tráfico é um crime material quanto ao resultado.
- d) O crime de tráfico se consuma com a prática de qualquer conduta prevista no tipo penal do art. 33, "caput", da Lei nº 11.343/2006.
- e) Para ser lavrado o auto de prisão em flagrante pela prática do crime de tráfico não é necessário o laudo de constatação.

70. Nos termos da Lei nº 9.455/1997, conhecida como a Lei de Tortura, marque a alternativa incorreta.

- a) O crime de tortura praticado contra criança terá a pena majorada de um 1/6 a 1/3.
- b) A tortura só pode ser praticada na forma dolosa e algumas modalidades exigem a finalidade específica.
- c) A ação penal nos crimes de tortura é pública incondicionada e no caso de inércia do Ministério Público cabe a ação penal privada subsidiária pública.
- d) São crimes que podem ser praticados de forma comissiva ou na forma omissiva imprópria e própria.
- e) A perda do cargo não é um efeito automático e exige condições para ser aplicada.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

71. A respeito do **Código Penal Militar (CPM)**, assinale a única alternativa correta.

- a) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal Militar, diferentemente do Código Penal comum, adotou a teoria da ubiquidade.
- b) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio em instituições militares brasileiras, ficarão sujeitos à lei penal militar de seu país de origem.
- c) O militar da reserva ou reformado conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para efeito de aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.
- d) O defeito do ato de incorporação ou de matrícula exclui, como regra, a aplicação da lei penal militar.
- e) O Código Penal Militar compreende infrações disciplinares.

72. No Direito Penal Militar, quanto à aplicação da pena, à suspensão condicional da pena e ao livramento condicional, assinale a única alternativa **incorreta**.

- a) A reincidência é circunstância que sempre agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
- b) A execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos pode ser suspensa por três a cinco anos, no caso de reclusão, e por dois a quatro anos, no caso de detenção, desde que o sentenciado não tenha sofrido, no Brasil ou no estrangeiro, condenação irrecorrível por outro crime a pena privativa de liberdade, e que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias do crime, autorizem a concessão do benefício.
- c) A suspensão condicional da pena estende-se às penas acessórias e exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva.
- d) O condenado a pena de reclusão ou detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode obter livramento condicional, desde que, sendo primário, tenha cumprido metade da pena.
- e) No livramento condicional, a revogação será facultativa, podendo o juiz revogar o benefício se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, for irrecorrivelmente condenado por contravenção a pena que não seja privativa de liberdade, ou, sendo militar, sofrer penalidade por transgressão disciplinar considerada grave.

73. Quanto às **penas principais, penas acessórias e medidas de segurança** no Código Penal Militar, assinale a única alternativa correta.

- a) A perda do posto e da patente decorre da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a três anos, por crime comum ou militar, importando, ainda, a perda das condecorações.
- b) A pena de reclusão ou de detenção de até dois anos, aplicada a militar ou civil, é convertida em

pena de prisão, sendo cumprida, quando não cabível a suspensão condicional, pelo oficial em recinto de estabelecimento militar e pela praça em estabelecimento penal militar, separados dos presos que estejam cumprindo pena disciplinar ou pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos.

- c) Ocorre a perda da função pública, como pena acessória, quando o civil for condenado à pena privativa de liberdade superior a um ano por crime cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente à função pública.
- d) São medidas de segurança não detentivas, nos termos do Código Penal Militar, o tratamento ambulatorial, a interdição de licença para direção de veículos automotores, o exílio local e a proibição de frequentar determinados lugares.
- e) A medida de segurança do exílio local consiste na proibição de o agente residir ou permanecer, pelo prazo mínimo de dois anos, na localidade, município ou comarca em que o crime foi praticado, sendo aplicada quando o juiz a considerar necessária, como medida preventiva, a bem da ordem pública ou do próprio condenado.

74. A respeito dos crimes em espécie previstos no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de motim é considerado um crime unissubjetivo.
- b) Caso um militar da ativa e um militar da reserva se recuem, em conjunto, a cumprir ordem de superior, haverá o crime de motim.
- c) Em concurso com dois os mais militares, o civil poderá ser coautor do crime de motim.
- d) Para a configuração do crime de Revolta, entende a doutrina que esta deve ser uma arma própria, isto é, armamento bélico.
- e) Por se encontrar em capítulo relacionado as crimes de motim ou revolta, o crime de omissão de lealdade militar é considerado um crime plurissubjetivo.

75. Quanto aos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa correta:

- a) No crime de desacato a militar, o sujeito passivo é o militar contra o qual houve o desacato e não o Estado.
- b) No crime de peculato, a pena aumenta-se de um terço se o objetivo da apropriação for de valor superior a 20 vezes o salário mínimo.
- c) No caso do peculato culposo, se houver a reparação do dano antes da sentença irrecorrível, haverá redução da pena pela metade.
- d) Configura-se corrupção ativa o ato de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- e) Caracterizar-se-á corrupção passiva o ato de o agente público receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, desde que já assumida, ou aceitar promessa de vantagem indevida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Murilo Marques

76. Com base nas disposições iniciais do Código de Processo Penal Militar (CPPM), especialmente no que se refere à interpretação da lei processual penal militar, à aplicação subsidiária, ao suprimento de omissões e à incidência espacial das normas processuais, assinale a única alternativa correta.

- a) A lei de processo penal militar deve ser interpretada exclusivamente de forma literal, sendo vedada, em qualquer hipótese, a interpretação extensiva ou restritiva, ainda que a redação legal se revele incompatível com a real intenção da norma.
- b) Nos casos omissos do Código de Processo Penal Militar, a analogia somente poderá ser utilizada após o esgotamento obrigatório e sucessivo da

legislação processual penal comum, da jurisprudência, dos usos e costumes militares e dos princípios gerais de direito, observando-se ordem rígida de aplicação.

- c) Em tempo de paz, aplicam-se as normas do Código de Processo Penal Militar em todo o território nacional, bem como, em determinadas hipóteses previstas em lei, fora do território nacional, inclusive a bordo de navios e aeronaves sob comando militar ou militarmente utilizados.
- d) Havendo divergência entre as normas do Código de Processo Penal Militar e tratado internacional do qual o Brasil seja signatário, prevalecerão, em regra, as normas internas do CPPM, em razão do princípio da especialidade da legislação castrense.
- e) Os processos da Justiça Militar Estadual obedecerão integralmente às normas do Código de Processo Penal Militar, inclusive no que se refere à organização da justiça, aos recursos e à execução da sentença, sem qualquer ressalva legal.

77. Com base nas disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM) acerca dos recursos, assinale a única alternativa incorreta.

- a) Das decisões do Conselho de Justiça ou do auditor caberão, em regra, os recursos em sentido estrito e a apelação, conforme previsão legal expressa.
- b) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, pelo réu, por seu procurador ou defensor, sendo vedado o recurso por parte que não tenha interesse na modificação da decisão.
- c) O Ministério Público, uma vez interposto o recurso, poderá dele desistir, desde que o faça antes do julgamento pelo Tribunal competente.
- d) Salvo hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, devendo o juiz ou tribunal determinar o processamento conforme o recurso cabível.
- e) No concurso de agentes, a decisão favorável em recurso interposto por um dos réus poderá beneficiar os demais, desde que não se trate de fundamento de caráter exclusivamente pessoal.

78. Com base nas disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM) acerca da prisão preventiva, assinale a única alternativa correta.

- a) A prisão preventiva somente poderá ser decretada mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade responsável pelo inquérito, sendo vedada sua decretação de ofício pelo auditor ou pelo Conselho de Justiça.
- b) A prisão preventiva exige prova do fato delituoso e indícios suficientes de autoria, podendo ser decretada em qualquer fase do inquérito policial-militar ou do processo, desde que também presente uma das hipóteses legais, como a garantia da ordem pública ou a manutenção da hierarquia e disciplina militares.
- c) O despacho que decreta a prisão preventiva prescinde de fundamentação detalhada, bastando a indicação genérica da necessidade da medida, sobretudo em razão da natureza especial da jurisdição militar.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada mesmo quando ficar comprovado que o agente praticou o fato em situação de excludente de ilicitude, desde que presentes os requisitos de garantia da ordem pública.
- e) Uma vez revogada a prisão preventiva por ausência de motivos, não poderá ser novamente decretada no curso do processo, ainda que surjam novos fundamentos que a justifiquem.

79. Com base nas disposições do **Código de Processo Penal Militar (CPPM)** acerca do **procedimento relacionado à deserção de praça**, assinale a única alternativa **correta**.

- a) O termo de deserção deverá ser necessariamente lavrado por oficial, sendo vedada sua lavratura por praça, ainda que graduada ou especial.
- b) Consumada a deserção, a praça sem estabilidade será agregada, enquanto a praça estável será excluída do serviço ativo, independentemente de qualquer formalidade posterior.

- c) Após a lavratura do termo de deserção, não há necessidade de sua publicação em boletim ou documento equivalente, bastando sua remessa direta à Auditoria competente.
- d) Recebidos o termo de deserção e os documentos pertinentes, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dará vista ao Ministério Público pelo prazo de cinco dias, podendo, após isso, ser aguardada a captura ou apresentação voluntária do desertor, caso não haja irregularidades.
- e) O desertor sem estabilidade, quando capturado ou apresentado, será automaticamente reincluído no serviço ativo, independentemente de inspeção de saúde ou de qualquer outra providência administrativa.

80. Com base nas disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM) acerca do processo de deserção de oficial, assinale a única alternativa correta.

- a) Apresentando-se ou sendo capturado o desertor, o Juiz-Auditor procederá ao sorteio do Conselho Especial de Justiça e determinará a citação do acusado, sendo a denúncia transcrita no mandado.
- b) Recebido o termo de deserção na Auditoria, o Juiz-Auditor deverá, de imediato, designar o julgamento do acusado, independentemente de sua apresentação ou captura.
- c) Consumado o crime de deserção, o termo de deserção será lavrado pelo comandante da unidade, sendo dispensável sua publicação em boletim ou documento equivalente, desde que devidamente assinado por testemunhas.
- d) No rito do processo de deserção, a defesa poderá arrolar testemunhas, até o número de cinco, que deverão ser ouvidas mediante prévia notificação obrigatória.
- e) Após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, o Juiz-Auditor determinará o imediato interrogatório do acusado, ainda que este não tenha sido capturado ou se apresentado voluntariamente.

Discursiva

Joana e Mário mantiveram um relacionamento amoroso por três anos, período no qual habitavam em domicílios distintos. Inconformado com o fim do namoro ocorrido há quatro meses, Mário passou a perseguir a ex-namorada. Em determinada ocasião, o agressor invadiu o ambiente de trabalho de Joana e, diante de diversos colegas, proferiu xingamentos cruéis para macular a honra e a reputação dela. Em seguida, dominado pela raiva, Mário tomou o computador pessoal da vítima, que era o instrumento fundamental para o exercício de sua profissão, e arremessou o equipamento ao chão, destruindo-o de forma irreparável. A autoridade policial interveio e instaurou o respectivo procedimento criminal. Dias depois, devido a pressões familiares, Joana compareceu à delegacia para formalizar a retirada de sua representação contra Mário, antes que o promotor responsável formulasse qualquer denúncia.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- A incidência da legislação específica de proteção à mulher no caso concreto, haja vista a dinâmica habitacional do ex-casal.
- A tipificação exata das violências perpetradas pelo agressor durante a invasão ao local de trabalho da vítima.
- A eficácia jurídica da conduta de Joana ao tentar desistir da persecução penal na unidade policial.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
